

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

DIANA PALMA DE LIMA AVELLAR

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE UM COMPLEXO CULTURAL DA MULHER
BRASILEIRA, SOB REFERENCIAL DA PSICOLOGIA ANALÍTICA**

SÃO PAULO

2019

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

DIANA PALMA DE LIMA AVELLAR

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE UM COMPLEXO CULTURAL DA MULHER
BRASILEIRA, SOB REFERENCIAL DA PSICOLOGIA ANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
como exigência parcial para a
graduação no curso de
Psicologia, sob orientação da
Profa. Dra. Paula Guimarães

SÃO PAULO

2019

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, que, desde o nascimento desse estudo, corroborou, fundamentou, corrigiu e me deu suporte nas ideias e no emocional. Foi incrível ser instruída por uma pessoa que, além de ser uma exímia orientadora, é sensível, honesta e com um coração enorme. Esse trabalho ganhou vida e cor a partir de suas orientações. Espero que essa parceria não se encerre com o final desse estudo e que seus conhecimentos, teóricos e de vida, ainda acompanhem a minha vida profissional.

Um agradecimento especial às minhas amigas e amigos que sempre me incentivaram a buscar mais de mim mesma nas situações cotidianas, a me colocar no que eu faço e que sempre me apoiam nos meus projetos e desafios. A vida em conjunto com essas pessoas é mais doce, mais verdadeira e me inspira a continuar buscando isso, dentro e fora de mim. No mais, são indivíduos que reconhecem a importância de se discutir gênero e buscam melhorias nas relações, tornando-as mais éticas para todos.

Nesse aspecto, gostaria também de agradecer a mim mesma pela minha trajetória, pelas escolhas que fiz e pelo crescimento, pessoal e profissional, durante o processo de graduação. O trajeto, muitas vezes, é turbulento. Ele foi e é acompanhado por aprendizados e mudanças, fracassos e sucessos, fascínio e amor. Nesse período, eu aprendi mais de mim e aprendi também a respeitar a minha essência. Esse estudo é um orgulho e reuniu aspectos integrais de quem sou, a Psicologia Analítica e meu amor pela construção histórica e social do mundo.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha família. Minha mãe, por todo o suporte e apoio para fazer uma faculdade “fora da caixinha” para meus familiares, e que sempre acreditou em mim e na minha potencialidade de ser uma boa psicóloga. Meu irmão, por seu meu companheiro e por crescer mutuamente comigo. Meu pai e padrasto pelas conversas, companheirismo e suporte nas horas mais difíceis. Essas pessoas são a minha base, minha construção e formaram quem eu sou.

RESUMO

DIANA PALMA DE LIMA AVELLAR. Um estudo sobre a possibilidade de um complexo cultural da mulher brasileira. 2019. Orientadora: Profa. Dra. Paula Guimarães.

Frente ao patriarcado no Brasil, o presente estudo teve como objetivo compreender se é possível considerar um complexo cultural referente à mulher brasileira, levando em consideração a hipótese de que esse sistema impacta a estrutura psíquica e os comportamentos de quem está inserido nessa cultura. Este estudo utilizou conceitos da Psicologia Junguiana, como complexos, complexos culturais, sombra e persona para fundamentar a análise. Somando-se a isso, foi realizada revisão bibliográfica sobre a História brasileira, com foco na experiência de mulheres de classes diversas, brancas e negras, desde o período colonial. A análise foi elaborada através da correlação do histórico apresentado e os referidos conceitos junguianos, de modo a compreender como os fatores apresentados no contexto histórico impactam na formação de um possível complexo cultural relacionado ao feminino. Concluiu-se que é possível ser considerada a existência de um complexo cultural da mulher brasileira.

Palavras chaves: Jung, patriarcado brasileiro, feminino, complexo cultural, persona, sombra.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
1.1 A teoria dos complexos.....	7
1.2 Sobre persona e sombra.....	11
1.3 O contexto histórico social da mulher no Brasil.....	15
2. Método.....	28
3. Análise e discussão.....	29
4. Conclusão.....	33
5. Considerações finais.....	35

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Introdução

Toda pesquisa é um ato político, portanto é uma opção do pesquisador.
(Arion Mergár)

O contato desta pesquisadora com o tema referente à mulher e ao patriarcado iniciou-se com sua introdução ao feminismo, inicialmente através de leituras e rodas de conversa. A identificação com alguns sofrimentos despertou à pesquisadora questionamentos acerca da historicidade do processo patriarcal e como, na atualidade, esse conteúdo pode ser entendido e aprofundado.

Esse envolvimento intensificou-se devido à experiência (2016) de pesquisa acerca da compreensão da mulher frente ao seu empoderamento, de modo a discriminar situações em que seu livre arbítrio foi sentido como impedido pela diferenciação dos gêneros masculino e feminino. A pesquisa citada expôs que, independente de tal compreensão, a mulher possui menor liberdade em assuntos, como: sexualidade, validamento acadêmico e social de suas vivências, colocação no mercado de trabalho, piso salarial, dentre outros.

O universo da violência é, antes de mais nada, um universo de dor, e que enfrentá-lo como objeto teórico e de reflexão implica necessariamente um esforço de suspensão da dor, colocá-la em suspenso não significa, em momento algum, perdê-la de vista ou divorciar-se dela, porque é a solidariedade para com a dor e o propósito de contribuir para superá-la que motiva a tentativa de resgatar para o problema, a voz dos saberes emancipatórios. (ANDRADE, 2005, p. 4)

O contato com esse levantamento revelou à pesquisadora como aspectos relacionados aos assuntos mencionados estariam acessíveis à consciência de mulheres e homens, de modo que provocou a curiosidade de entender melhor o que estaria acontecendo em nível inconsciente em decorrência dessa polarização. Devido a uma aproximação natural com a teoria junguiana, reflete-se acerca da correlação entre este tema e a possibilidade de um Complexo Cultural relacionado.

Esse tema possui relevância social e científica porque, em paulatino crescimento, discute-se sobre a questão de gênero e a dicotomia homem e mulher, a qual produz diferenças significativas que impõem uma hierarquização entre os gêneros, inferiorizando o feminino em relação ao masculino.

Com este estudo, pretende-se analisar, à luz da abordagem junguiana, se é possível considerar a formação de um complexo cultural da mulher brasileira.

1.1 A teoria dos complexos

A teoria dos complexos foi elaborada por Carl Gustav Jung, utilizando-se do chamado Teste de Associação para seu desenvolvimento. De acordo com Gomes (2017), o teste pode ser explicado da seguinte forma:

O teste consiste em pronunciar perante o sujeito uma série de palavras comuns previamente escolhidas e, depois, pede-se a ele para falar a primeira palavra que lhe vem à mente. Jung observava e cronometrava, com a máxima precisão possível, as emoções, os sentimentos e o tempo de reação do sujeito, diante da palavra ouvida, bem como o relato do sujeito sobre a palavra lembrada por ele. Um longo tempo de reação bem como as reações emocionais do sujeito apontavam para a existência de um complexo psicológico. (p. 48)

Deste modo, era possível entender os complexos através de um aglomerado dessas associações feitas a partir das palavras-estímulos. Gomes (2017) continua ao dissertar que o Teste possui importância na elaboração da teoria porque foi através dele que se tornou possível estabelecer direção e sentido para esses conteúdos, até então misteriosos, posto que são inconscientes. Jung (2001 [1975]) sintetiza o que seus resultados mostraram:

A experiência de associações prova eloquentemente tudo isso. Nada podemos fazer. O complexo é, por assim dizer, uma individualidade psíquica a parte, subtraída, em maior ou menor medida, ao comando hierarquizante da consciência do eu. (JUNG, 2001 [1975], p. 207)

Essa individualidade psíquica descrita por Jung forma-se através da união de uma experiência de forte carga emocional a um arquétipo¹ que se relaciona a esta experiência, formando o núcleo do complexo, em torno do qual serão agregadas experiências relacionadas ao seu tema. O complexo é dotado de energia própria, possui uma tonalidade afetiva inconsciente e seu “[...] conteúdo é separado do ego e da consciência, permanecendo no inconsciente e nele fazendo inúmeras relações com conteúdos afetivos afins, formando uma entidade psíquica.” (GOMES, 2017, p. 49). Essas experiências, por vezes, relacionam-se a um caráter traumático, doloroso ou altamente acentuado, o que torna difícil seu manejo, isto porque esses conteúdos continuam vivos, produzindo sofrimento psíquico, mesmo que inconscientes, de acordo ainda com Gomes (2017).

Por ser composto de energia própria, Jung (2001 [1975]) elabora que há também uma tendência de formar uma pequena personalidade autônoma, que, por vezes, pode sobrepor a energia do ego², através do mecanismo de autorregulação da psique, podendo surgir na consciência por meio de perturbações verbais, fisiológicas e comportamentais. Jung (2001 [1975]) disserta que “Sob essas condições somos mesmo forçados a falar da tendência dos complexos a agirem como se fossem movidos por uma parcela de vontade própria.” (JUNG, 2001 [1975], p. 2), isto é, emergem à consciência de modo abrupto, com condutas ligadas a seu trauma

¹ Sobre o conceito de arquétipo: “[...] concernente aos conteúdos do inconsciente coletivo, estamos tratando de tipos arcaicos – ou melhor – primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos mais remotos” (JUNG, 2011 [1976]a, p. 13). Guimarães (2016) disserta que: “Os arquétipos, em si, são irrepresentáveis e destituídos de forma; ao utilizar-se do termos imagens, pode-se conceber que Jung referia-se às manifestações, regidas por determinada dinâmica arquetípica e sujeitas às influências sociais e culturais de onde emergem, para tornarem-se expressões exteriores e, desse modo, serem acessadas pela consciência. Para fins de exemplificação, citam-se alguns arquétipos: materno, paterno, do herói, da criança divina, da totalidade, do velho sábio.” (GUIMARÃES, 2016, p. 44). Acerca do conceito de inconsciente coletivo: “[...] é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo, portanto, uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto, desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto não foram adquiridos individualmente, mas deve sua existência apenas à hereditariedade. (...) o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente por arquétipos.” (JUNG, 2011 [1976]b, p. 51, grifo do autor).

² Sobre o conceito de ego: “[...] um complexo de representações que constitui para mim o centro do meu campo de consciência e que me parece ter grande continuidade e identidade consigo mesmo. (...) é tanto um conteúdo quanto uma condição da consciência, pois um elemento psíquico me é consciente enquanto estiver relacionado com o complexo do eu.” (JUNG, 2011 [1971], p. 444, grifo do autor).

originário, de modo a serem incontroláveis pelo ego. Esse processo foi denominado por Jung como a constelação dos complexos e, segundo Stein (2000), “[...] refere-se usualmente à criação de um momento psicologicamente carregado, um momento em que a consciência já está ou está prestes a ficar perturbada por um complexo.” (p. 47).

Quando essa irrupção acontece, há um conjunto de comportamentos que são realizados pela pessoa e que não são compreendidos ou controlados conscientemente. Segundo Stein (2000), a pessoa sente-se ameaçada pela sua falta de controle, isto porque seu comportamento teria uma tonalidade diferente do que se era pretendida pela pessoa e/ou pela situação em que a pessoa está inserida, possuindo, então, um caráter desproporcional. Através da constelação, é possível ter acesso aos conteúdos inconscientes que produzem essa alteração, deste modo, entendendo o que ativa os complexos, tornando-se assim possível fazer a integração de elementos dos complexos à consciência, pela reflexão, análise e elaboração desses conteúdos.

A partir disto, Jung (2001 [1975]) aplicou o Teste de Associação em uma extensa pesquisa realizada com famílias, a fim de verificar se membros de dada família compartilhavam complexos similares. No seu texto Fundamentos da psicologia analítica III, faz análise de alguns gráficos referentes à essa pesquisa. Uma dessas análises refere-se ao teste aplicado em uma família, constituída por um pai alcoólatra, uma mãe de 41 anos e uma filha de 16 anos. No gráfico de resultados, Jung (2001 [1975]) encontra que as respostas da mãe e da filha seguem alinhadas, e, ainda, emitiam 30% de respostas idênticas. Por meio deste gráfico, em conjunto com outros que traziam análises de respostas de famílias, foi possível considerar que há uma coletividade em relação aos complexos, ou seja, estes podem ser compartilhados por mais de uma pessoa.

Jung, em 1935, elaborou teorias sobre essa possibilidade de compartilhar um complexo em comum, o que significa que “[...] em sociedade muitas pessoas estão ligadas de modo similar, psicologicamente falando” (STEIN, 2000, p. 50). Stein (2000) completa ao dissertar que traumas comuns podem gerar complexos comuns, isto é, relacionados a eventos traumáticos, como a Grande Depressão e a Guerra do Vietnã. Gomes (2017), utiliza-se da análise realizada por Tomas Singer, em 2004, após o

ataque de 11 de setembro de 2001³, nos EUA, baseada na teoria do complexo cultural, isto é, relacionado a uma cultura que produz eventos traumáticos pertinentes.

Traumas externos produzem danos no mundo interior do sujeito. Trauma repetitivo para um povo ou grupo resulta na criação do complexo cultural que, por seu turno, estimulam frequentemente a ocorrência de outros eventos traumáticos. Um ciclo vicioso de trauma que leva ao complexo, precipitando novos traumas, que reforça um complexo inexoravelmente num efeito cascata em uma natural progressão destrutiva. (GALILI-WEISSTUB, 2004, p. 147)

Complexos culturais costumam emergir a partir da vivência de traumas repetitivos comuns por indivíduos pertencentes, usualmente, a grupos denominados minoritários. Tais complexos “[...] assim como os individuais, tendem a ser repetitivos, autônomos” (GUIMARÃES, 2012, p. 37), referentes a uma experiência vivida compartilhada ou através da experiência intergeracional. Gomes (2017) explica de forma lúcida o que seria esse modo de transmissão.

Os traumas históricos que se encontram na base dos complexos, no sujeito e cultura, são transmitidos de forma intergeracional pela experiência comum das vivências de sofrimento compartilhadas, pelas histórias do grupo e pelo não dito. A esses traumas, podemos acrescentar ainda aqueles causados pela humilhação constante, exclusão social e econômica a que são submetidos os grupos marginalizados pelas classes dominantes. (p. 55)

³ De acordo com Wellausen (2002): “[...] nenhum atentado alcançou tamanha magnitude como o do grupo pan-islâmico Al Qaeda (A base). Criado no final dos anos 1980 por Osama Bin Laden, com o objetivo de reunir os árabes que haviam ajudado os afegãos a derrotar os soviéticos, a intenção do grupo era criar um califado pan-islâmico no mundo e expulsar os ocidentais dos países muçulmanos. Em fevereiro de 1998, o grupo lançou um decreto religioso (fatwa), segundo o qual os muçulmanos deviam matar norte-americanos e seus aliados. O grupo é acusado de ter dirigido os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, no dia 11 de setembro de 2001, ‘quando morreram 2.819 pessoas’.” (WELLAUSEN, 2002, p. 95)

Esses traumas históricos produzem marcas no sujeito e no grupo, ainda de acordo com Gomes (2017). Stein (2000) disserta que, deste modo, poderia se pensar em uma espécie de inconsciente cultural, que conteria padrões e atitudes culturais mais amplas, os quais, por sua vez, influenciariam padrões de comportamento individuais, que por fim, produziriam mudanças, geralmente, ligadas a um sofrimento psíquico de um grupo oprimido. Sendo assim, esse nível cultural do inconsciente seria “[...] pessoal no sentido de que é adquirido durante a vida do indivíduo, mas é coletivo porque compartilhado com um grupo” (STEIN, 2000, p. 50).

1.2 Sobre persona e sombra

O homem não se torna iluminado pela contemplação de figuras de luz, antes, pela observação da própria escuridão.
(C. G. Jung)

De acordo com Stein (2000), o conceito de persona possui uma referência aos teatros romano e grego, no qual a persona seria a máscara do ator. Whitmont (2004 [1969]) explica que “Jung usa o termo para caracterizar as expressões do impulso arquetípico para uma adaptação à realidade exterior e à coletividade.” (p. 140). O autor disserta que, no decorrer do processo de individuação e de estruturação do ego, há diversas facetas e entendimentos da persona.

Em um primeiro momento, cada papel é influenciado pela expectativa das figuras parentais, de modo que seus valores, comportamentos e a cultura - na qual estão inseridos – são passados para a(o) filha(o). O autor complementa ao discorrer, que devido a uma dependência dos pais na infância, as exigências do mundo externo e as exigências dos pais, para a criança, são quase as mesmas. A persona, quando bem adotada, é a responsável por fazer a adequação social nos diversos contextos. Em determinado momento do processo psicológico, é necessário que haja uma separação entre o ego e a persona, isto é, o ego conseguirá identificar que é um indivíduo diferente das exigências externas e familiares. Deste modo, é preciso que tanto a

persona quanto o ego sejam bem estruturados para que a psique e a relação com o mundo externo estejam saudáveis.

Whitmont (2004 [1969]) analisa que, quando não há essa diferenciação, ou seja, quando se entende que se é apenas o que é exigido ou o que gostaria de transmitir aos outros, há adoecimento psíquico. Isto posto, o ego se tornará fraco, rígido e desequilibrado, o que Whitmont (2004 [1969]) denomina pseudo-ego. Essa condição é adoecedora porque a preocupação em atender às demandas externas exige grande quantidade de energia psíquica⁴, bem como configura-se o conflito entre o ego e o Self⁵, de modo que o diálogo entre eles parece não fluir. O Self prossegue em busca da integração de conteúdos inconscientes, a fim de contribuir com o desenvolvimento psíquico, ao passo que o ego rígido busca a repressão de tais conteúdos. Contudo, o inconsciente prosseguirá manifestando-se até que não seja mais possível ignorá-lo, como quando somos acometidos por complexos que invadem a consciência e obliteram o ego. Em suma, a não diferenciação entre ego e persona está presente quando há “[...] uma identificação com a persona, origem de sua incapacidade de desenvolver um ego genuíno” (p.141).

Como a teoria junguiana baseia-se na percepção entre os pares de opostos, advindos da tensão entre inconsciente e consciente, tudo aquilo que não foi integrado à persona e ao ego, encontra-se em uma camada inconsciente, chamada sombra. Whitmont (2004 [1969]) disserta que:

O termo sombra refere-se à parte da personalidade que foi reprimida em benefício do ego ideal. Como tudo o que é inconsciente é projetado, encontramos a sombra na projeção – em nossa visão da ‘outra pessoa’. Como figura dos sonhos e fantasias, a sombra representa o inconsciente pessoal. Ela é

⁴ De acordo com Ramos (2002): “Jung conceitua a libido como energia psíquica (energia vital) que inclui não apenas a sexualidade, mas, também, outros elementos: instintos de sobrevivência (sede, fome, agressividade, necessidade de proteção física, etc.), a busca de relações afetivas e sociais, do desenvolvimento pessoal, do conhecimento de si mesmo e da experiência numinosa.” (p. 115)

⁵ Ainda de acordo com o mesmo autor, é dissertado que o Self ou Si-mesmo é “[...] o arquétipo que leva o homem à busca pelo conhecimento de si mesmo, pelo autoconhecimento, pela integração com os demais homens, pela vivência espiritual, pela integração com Deus” (p. 127). O Self representa a totalidade psíquica, bem como o centro organizador desta, com o objetivo de desenvolvimento psíquico, a integração constante de conteúdos inconscientes à consciência.

como uma combinação das cascas pessoais dos nossos complexos e, portanto, o limiar de todas as experiências transpessoais. (WHITMONT, 2004 [1969], p. 144)

Em congruência com essa visão, Stein (2000) alerta ao fato de não se aludir a sombra como uma entidade psíquica, mas sim, como traços de personalidade que foram suprimidos por estarem em dissonância afetiva, cognitiva e/ou em relação aos costumes da cultura, permanecendo então escondidos do ego, na sombra. O autor conclui: “Ao adaptar-se e enfrentar-se com o mundo, o ego, de um modo inteiramente involuntário, emprega a sombra para executar operações desagradáveis que ele não poderia realizar sem cair num conflito moral.” (STEIN, 2000, p. 98), ou seja, mesmo escondida do ego, a sombra desempenha função psíquica importante, pois age continuamente, ainda que de modo inconsciente, manifestando-se à consciência, por exemplo, por meio de projeções⁶, complexos constelados, sonhos, etc. e, assim, propicia a oportunidade de que o ego integre conteúdos inconscientes à consciência.

Whitmont (2004 [1969]) discorre que a formação da sombra se dá espontaneamente devido à natureza do ego, visto que “[...] ocorre como o resultado do encontro entre o Self – como tendência potencial da personalidade – e a realidade externa, ou seja, entre a individualidade potencial interior e a coletividade exterior” (p. 146).

As conceituações expostas tratam do aspecto pessoal da sombra, isto é, aspectos da psique que foram negados por destoarem afetivamente, cognitivamente e/ou culturalmente da camada consciente. Von Franz (2002), ao analisar a sombra nos contos de fada, disserta sobre a existência de uma parte da sombra, assim como nos sonhos, que seria impessoal e coletiva. A autora indica que todas as civilizações possuem uma sombra coletiva, principalmente as que são regidas pela lógica cristã, nas quais reprimiu-se sentimentos e comportamentos vistos como o mal. Whitmont (1991) analisa também esse processo civilizatório, no qual o monoteísmo ético

⁶ Acerca do conceito de projeções: “[...] Jung define projeção como uma transferência inconsciente, isto é, imperceptível e involuntária de um fato psíquico e subjetivo para um objeto exterior. ‘Vê-se’ nele alguma coisa que não existe ou existe muito pouco. Que não exista nada daquilo que é projetado no objeto, acontece raramente, talvez nunca. Por isso, Jung fala de um ‘gancho’ no objeto, no qual o indivíduo pendura sua projeção como um casaco em um cabide.” (VON FRANZ, 1997, p. 10-11)

produziu a soberania da luz e do moralmente correto, e o que não faz parte dessa categoria é “[...] satanizado, rejeitado e reprimido” (WHITMONT, 1991, p. 79).

Como a sombra também é caracterizada pela projeção, o si mesmo visto nos outros, essa lógica provocou a criação de um bode expiatório, isto é, como se a sombra fosse personificada no outro, naquele que representa o mal e, portanto, pode sofrer as consequências disso. Whitmont (1991) sintetiza do seguinte modo.

Aquilo que é reprimido e expulso da consciência individual reaparece projetado em outro indivíduo, grupo ou figura. O impulso sadomasoquista inaceitável, o êxtase da desestruturação, a ânsia de satisfazer às necessidades, são qualidades atribuídas ao outro, que passa a ser então visto como mau, criminoso, ambicioso e ganancioso, um inimigo. A enorme energia desses impulsos não é mais sentida como divina, mas como satânica, adversária do Deus bom e justo. (WHITMONT, 1991, p. 81)

Reprimir aspectos inerentes à humanidade, ainda que imorais, como a violência e a agressividade, estava ligado a uma falsa ilusão de que esses conteúdos desapareceriam, porém, o que se observa é que, relegados à inconsciência, tomam uma proporção maior e incontrolável por parte do ego. Whitmont (1991) expõe: a “[...] forma de nosso próprio mal inconfesso, pode destruir-nos se não lhe abrimos espaço dentro de um referencial eticamente aceitável” (p. 82).

Abrams e Zweig (1998) analisam a sombra coletiva como a maldade humana, o lado escuro da natureza humana e que, devido aos meios de comunicação, está sendo vista no cotidiano de todos. Discorrem que:

Enquanto a maioria das pessoas e grupos vive o lado socialmente aceitável da vida, outras parecem viver as porções socialmente rejeitadas pela vida. Quando essas últimas tornam-se objeto de projeções grupais negativas, a sombra coletiva toma a forma de racismo, de busca de ‘bode expiatório’ ou de criação do ‘inimigo’. [...] O poder hipnótico e a natureza contagiosa dessas fortes emoções ficam evidentes na extensão e universalidade das perseguições raciais, das guerras religiosas e das táticas de busca de bodes expiatórios. E é assim que seres humanos tentam desumanizar outros, num esforço para assegurar que eles

são superiores – e que matar o inimigo não significa matar seres humanos iguais a eles. (ABRAMS; ZWEIG, 1998, p. 19)

Portanto, os aspectos considerados imorais e condenáveis, como a violência, uma vez reprimidos, não se extinguem, mas são direcionados a grupos considerados inferiores, na forma de um inimigo.

1.3 O contexto histórico social da mulher no Brasil

A história da mulher, não só brasileira, envolve repressão e, conseqüentemente, eventos traumáticos relacionados. Ao falar da mulher brasileira, é necessário entender como o patriarcalismo surgiu no Brasil e como se mantém até hoje. Para isso, deve-se revisitar a história da mulher ocidental, assim como a repressão do feminino.

De acordo com Whitmont (1991), as mulheres têm sido consideradas seres humanos de segunda categoria e isso precede a Industrialização, ocorrida no século XVIII, em seis mil anos. A história ocidental da mulher, por vezes, torna-se de difícil verificação, isso porque os dados históricos como conhecidos preconizam os feitos políticos, econômicos e militares, âmbitos nos quais as mulheres normalmente não se encontravam inseridas porque estavam reclusas no mundo doméstico, segundo Follador (2009).

A autora continua dissertando sobre como este cenário mudou, à medida que houve interesse pelo núcleo familiar como modular também da sociedade, considerado, pela antropologia histórica, como uma célula fundamental da vida social. A partir do momento em que essa forma de investigação focalizou o papel da família, a mulher tornou-se, como consequência, objeto de estudo.

Follador (2009) expõe que, ao longo da história ocidental, a mulher era retratada a partir do ponto de vista masculino através do qual, expressavam suas opiniões de maneira dicotômica, ora a mulher era vista como Eva, figura que corrompeu o homem e foi responsável pela expulsão de ambos do paraíso, ora como Maria, santa mãe de Jesus, que carregava, em seu ventre, o filho de Deus de forma imaculada, ou seja, sem que a sua honra e virgindade tivessem sido corrompidas. Há uma hierarquização entre essas duas formas, na qual Eva representaria a mulher má, cuja domesticação de seus

aspectos selvagens resultaria na imagem da mulher boa, representada por Maria. Além disso, Delumeau (1990) refere que a mulher tinha sua imagem vinculada a aspectos místicos, já que particularidades de sua biologia assustavam os homens devido ao fato da inexplicabilidade destes, como a maternidade. “[...] essa é a ficção que sustenta o sistema androlátrico de valores, cerne do patriarcado” (WHITMONT, 1991, p. 142), já que essa dimensão mágico-mitológica era vista de forma pejorativa e foi fortemente desvalorizada por ambos os sexos.

Considerando esse contexto cultural ocidental do qual emerge a construção da imagem feminina e como o Brasil foi colonizado por um país da Europa Ocidental, Follador (2009) conclui que essa mesma dinâmica teve seguimento na sociedade brasileira. Da mulher, desde o período colonial, espera-se submissão, complacência e docilidade. Nessa época, as mulheres ocupavam os lugares privados, referentes ao lar; poucas adentravam ao espaço público, quando o trabalho era uma necessidade familiar e, ainda sim, deveriam estar acompanhadas por seus irmãos, pais ou maridos. Havia uma vigilância constante das mulheres solteiras e casadas, para que elas mantivessem o contrato de virgindade (anterior ao casamento) e fidelidade (posterior ao casamento), já que, segundo Follador (2009), esses elementos seriam de fundamental importância para a honra dos homens de sua família.

Para as mulheres brancas e ricas, não havia instruções sobre educação sexual, já que seus corpos deveriam servir para a reprodução e deveriam aceitar que seus maridos tivessem casos extraconjugais com mulheres negras e escravas, assim como brancas e pobres que, por vezes, eram prostitutas, as quais devido a sua condição de marginalização, encontravam, deste modo, uma forma de sobreviverem e sustentarem suas famílias. As sequelas desse cenário ainda podem ser encontradas através da sexualização da mulher negra e da exploração sexual da mulher.

Follador (2009) disserta sobre as mulheres dessa época:

Nesse contexto havia três classificações para as mulheres: honradas, desonradas e sem honra. As mulheres desonradas eram aquelas que praticavam relações extraconjugais, perdiam a virgindade antes do casamento ou possuíam um comportamento desajustado socialmente. Elas manchavam a honra da família ou de seus maridos e, por isso, eram exemplarmente punidas pelos

familiares ou condenadas ao ódio da sociedade. As mulheres honradas eram aquelas que seguiam os padrões e normas que a sociedade impunha, seguindo também o ideal de pureza mariano. Deveriam exaltar as virtudes de uma vida recatada e submissa ao poder masculino, ora do pai, ora do marido. Por fim, as mulheres sem honra eram aquelas, na sua maioria, ligadas direta ou indiretamente à prostituição, e, aquelas ligadas ao submundo das ruas. As escravas, por exemplo, eram consideradas mulheres sem honra. (FOLLADOR, 2009, p. 10)

É possível entender, ainda de acordo com Follador (2009), que houve avanços através da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, de modo que o espaço público, anteriormente ocupado apenas por homens, obteve abertura, com eventos sociais de elite. Neste momento, começa-se a entender como este território, até então, era exclusivamente masculino, não somente em relação ao espaço físico, como também referente à administração política do espaço, ou seja, o território⁷ era espaço traçado, delimitado e controlado pelo gênero masculinos. É neste contexto que o território revela quais eram as relações de domínio e poder estabelecidas e o quanto as mulheres eram submetidas a estas. A partir disto, a luta das mulheres - apesar de iniciar-se com mulheres brancas ricas - pela sua garantia de direitos trouxe avanços, como o acesso à educação em 1827. Follador (2009) disserta sobre como a educação feminina era limitada ao contexto doméstico familiar, com aulas de culinária, etiqueta e costura, ministradas em sua própria casa, conjuntura interpretada pela autora como um processo de educar as mulheres e não as instruir, já que seus aprendizados não tinham teor de análise crítica ou conteúdos científicos.

Em relação ao trabalho, um fato histórico importante a ser considerado é o sancionamento da Lei Áurea, em 1888, através da qual os negros obtiveram alforria e, assim, foram inseridos no trabalho subalterno, juntamente com as mulheres brancas pobres. De acordo com Nunes (2006), o fato de que o Brasil foi um dos últimos países a aprovar a abolição da escravatura provocou profundas marcas na sua sociedade. As mulheres negras, traficadas e escravizadas, assim como os homens negros, eram tratados “[...] como coisa que tem um proprietário: é alugado, vendido, comprado, entra

⁷ Entende-se território, conforme a definição de Segato (2006), na qual território é controlado tanto por um sujeito individual, quanto coletivo.

na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e de outros bens materiais” (NUNES, 2006, p. 90). A mulher, além de escravizada no que diz respeito ao serviço laboral e doméstico, era objeto sexual dos seus senhores, como observa Follador (2009). Gonzalez (1982) disserta sobre esse fato:

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os “casamentos interracialis” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. (GONZALEZ, 1982, p. 90)

Foi observado por Nunes (2006) que, a partir da abolição da escravatura, “[...] mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou” (p. 91), o que denota que, apesar de livre, a população negra continuou sendo marginalizada e criminalizada. Esta conjuntura implicaria, para as mulheres negras, aspectos a somar nas violências vividas em suas linhas históricas. Gonzalez (1982) prosseguiu, ao dissertar sobre quais são as consequências da escravidão para a mulher negra, quando cita dois tipos de qualificação profissional, os quais são subjugados pela sociedade: doméstica e mulata. Sobre a última, conclui:

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupas possíveis), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e representantes da burguesia nacional. (GONZALEZ, 1982, p. 98-99)

Quando avançamos na História da mulher no Brasil, ainda no que concerne ao trabalho, desde o período colonial até a aprovação da Lei Áurea, encontra-se o fato de que as mulheres sempre estiveram inseridas neste meio. Nader (2005) faz uma análise histórica da presença feminina no mercado de trabalho, o que revela que:

Sob o sistema escravocrata brasileiro, que durou até fins do século XIX, a maioria das mulheres se incluía na classe trabalhadora rural, urbana e nos serviços domésticos. Trabalhadoras escravas, cuidando da lavoura ou das atividades cotidianas das propriedades agrárias e urbanas, ou senhoras, administrando a escravaria ou os negócios da família, as mulheres brasileiras, livres, pobres ou não, propiciaram o equilíbrio com os homens na força de trabalho em todo o Brasil. (NADER, 2005, p. 4)

Nader (2005), em sua análise, verifica que, devido à dominação da Igreja Católica e à família patriarcal, criou-se um imaginário da participação da mulher na sociedade, isto é, com papéis de gêneros bem delimitados, os quais pressupõem a dominação masculina de poder sobre as mulheres e filhos. Neste imaginário, há uma naturalização dos papéis sociais exercidos, nos quais os homens, julgados naturalmente mais fortes e superiores, eram provedores do sustento da família, enquanto as mulheres, julgadas naturalmente submissas e fracas, eram dependentes da figura masculina. Portanto, o trabalho das mulheres, apesar de sempre existir, estava ligado a essa concepção de sociedade, de modo que se referia ao lar e à sua organização.

Mesmo com os avanços da industrialização, Nader (2005) afirma que:

[...] o panorama do trabalho feminino não sofreu grandes modificações, pois as mulheres continuaram não tendo acesso ao profissionalismo, considerado masculino por excelência. (NADER, 2005, p. 6)

Deste modo, é possível verificar que os papéis sociais, criados culturalmente, cumpriam a função de manutenção do sistema patriarcal e cerceavam a liberdade das mulheres em todos os âmbitos. Ainda na sua análise, Nader (2005) considera que manter as mulheres no espaço físico da casa era vantajoso para a preservação desta dinâmica porque, caso o trabalho estivesse no espaço público, seria possível compreender o quanto havia desigualdade, “[...] o que transformaria as leis discriminatórias em igualdade formal legal entre os gêneros” (NADER, 2005, p. 6), além de que desmoralizaria o homem em seu próprio papel social de provedor da família.

As profissões a serem aceitas fora do âmbito familiar foram as de magistério - principalmente nos anos escolares mais básicos, vigorando novamente um aspecto julgado natural da mulher, o de ser mãe e saber cuidar de crianças -, as de funcionárias de um algum estabelecimento comercial, ou as de “[...] desenvolvimento de atividades consideradas como extensões de ocupações tradicionalmente femininas e subalternas (como cozinheira, arrumadeira, amaseca, lavadeira, entre outras)” (NADER, 2005, p. 6).

A autora, então, salienta como a educação foi uma ferramenta importante para que essa realidade mudasse. As mulheres que podiam e decidiam ousar, amparadas por uma condição financeira elevada, decidiam frequentar cursos superiores que lhe permitissem certo tipo de profissionalização. Contudo, esta decisão não se dava sem dificuldades, visto que eram constantemente alvos de “[...] preconceitos, críticas e descrenças com relação ao seu potencial de trabalho” (NADER, 2005, p. 7).

Deste modo, quando decidiam persistir e competir em cargos com os homens, havia muito mais do que um jogo de competências, isto é, devido ao imaginário social, essas mulheres precisavam lidar com a prepotência masculina e a humilhação decorrente desta, já que estavam lutando e ocupando lugares considerados essencialmente dos homens. Para Nader (2005), a segregação no trabalho ilustrava o quanto o conceito de gênero da época ditava profundamente como deveria ser a ordem social. Foi observado por Nader (2005) que, com o passar do tempo e com a luta pela permanência feminina no trabalho, os ramos de atuação, aos poucos, foram expandindo-se, visto que na década de 1950, no Espírito Santo - onde fez sua análise - , as profissões ainda eram pouco diversificadas, mas um pouco mais abrangentes do que outrora.

Machado e Pascoal (2009) fizeram um levantamento bibliográfico para entender o processo educacional infantil no Brasil, retomando, como aspecto influenciador, a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa. De acordo com as autoras, nesta época, foi necessária uma reorganização da sociedade, isto porque a transformação entre os modos de produção afetaria também a instituição familiar, já que o trabalho migrou-se do âmbito doméstico para o fabril. Como até então, a figura familiar responsável pelo trabalho doméstico era a mulher, sua entrada ao regime das

fábricas e máquinas alteraria o modo como a família estruturava-se, pois, o uso da maquinaria permitia a empregabilidade de trabalhadores sem força muscular e com membros flexíveis, isto é, as mulheres e as crianças.

Neste novo contexto, com a indústria moderna, há uma transformação dos pilares da sociedade, ainda de acordo com as autoras, principalmente nos anos 70. Segundo o IBGE, a participação feminina como população economicamente ativa cresceu em 260% nessa época, enquanto a masculina cresceu em 73%. As autoras Araújo e Ribeiro (2001), analisaram, porém, que é possível observar com esse aumento do trabalho feminino uma diferenciação salarial, a qual “[...] refere-se a situações onde indivíduos igualmente produtivos são diferentemente avaliados com base em atributos não produtivos” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2001, p. 2). Os atributos não produtivos, nesse caso, relacionam-se ao discorrido por Nader (2005), conforme anteriormente exposto, em relação ao preconceito que as mulheres enfrentam em relação ao seu potencial de trabalho.

Além da diferenciação salarial, a entrada da mulher no mercado de trabalho produziu, como consequência, mais uma dificuldade à questão de gênero. Santos (2013) faz uma divisão sobre o trabalho que se faz importante para o tema: trabalho na esfera privada e trabalho na esfera pública.

[...] a esfera privada de trabalho, que em grande maioria é exercido por mulheres, é caracterizada como trabalho não produtivo, ou seja, não criador de valor. Assim, esse trabalho se torna “desconhecido” frente à sociedade e frente aos companheiros dessas mulheres que não reconhecem o trabalho doméstico. Então, na condição de sujeitas de ações “invisíveis”, ou por objetivarem trabalho remunerado no sentido de aumentar a renda familiar, essas mulheres se deslocam da esfera privada para a esfera pública de trabalho. No entanto, esse deslocamento não significa que a mulher exercerá uma esfera em detrimento da outra. (SANTOS, 2013, p. 3).

Deste modo, a mulher encontra-se em uma condição de dupla jornada de trabalho, produzida novamente pelos papéis de gênero, visto que há uma “[...] naturalização do âmbito doméstico como se fosse uma particularidade sua” (SANTOS, 2013, p. 3).

No que concerne à mulher brasileira negra, há uma peculiaridade ainda maior, visto que seu trabalho, como esfera pública, ainda sofre as consequências da época da escravidão. De acordo com Gonzalez (1982), “[...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira” (p. 97), isto é, trabalha no ambiente familiar composto por brancos, o que fortalece uma “[...] internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares” (p. 98). Essa realidade não exclui, novamente pela naturalização dos papéis de gênero, que o trabalho em sua esfera privada deixe de existir, tendo, também que cuidar dos próprios filhos. Gonzalez (1982) disserta, ainda, que quando a mulher negra não trabalha nesse ambiente doméstico, sua atuação majoritariamente fica limitada à prestação de serviços de baixa remuneração.

Há estudiosos, como Vieira (2013), que afirmam que ainda é possível considerar uma jornada tripla para as mulheres. A autora disserta, com base em dados do IBGE (2010), que “[...] mesmo com o nível escolar superior completo, as mulheres só conseguem receber 58% do salário dos homens com igual escolaridade” (p. 2). Devido à demanda crescente por maior qualificação do trabalho, a mulher é submetida a três jornadas, que consistem nos âmbitos familiar, profissional e educacional. Recebendo menos que os homens de igual escolaridade e sendo subjugadas em suas potencialidades de trabalho, de acordo com Vieira (2013) e Nader (2005) respectivamente, é possível entender que há uma exigência para a melhor qualificação da mulher, além de pressioná-la para reformular o modo como estrutura seu ambiente familiar, já que este último é entendido, usualmente, como de sua responsabilidade exclusiva.

Retomando o percurso histórico, além da entrada oficial da mulher no mercado de trabalho, os anos 70 também foram importantes, em função dos movimentos feministas ganharem grande visibilidade nesta época, assim como “[...] o conceito de gênero começa a ser utilizado nas ciências sociais como categoria” (MACHADO; ELIAS, 2018, p. 5). De acordo com Castro e Machado (2018), “[...] feminismo é um movimento social, filosófico e político que busca a igualdade entre os sexos e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino” (p. 7), através da análise histórica. Para as autoras, os movimentos feministas no Brasil iniciaram-se no fim do

século XIX, com o movimento que reivindicou “[...] direitos democráticos como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho” (CASTRO, MACHADO, 2018, p. 7). Outros momentos importantes, no Brasil, deram-se na década de 1960, dada a luta pela liberdade sexual e, no final da década de 1970, contra a ditadura militar, possuindo um caráter sindical. A partir desses momentos históricos significativos, surge estudos para se entender como os papéis de gênero possuem influência social e cultural.

Pimentel (1982), a partir de sua pesquisa para a UNESP, na qual analisa o machismo do ponto de vista sociológico, faz a seguinte colocação:

O machismo, enquanto sistema ideológico, oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino. Ou seja, é através deste modelo normalizante que homem e mulher tornam-se simbolicamente homem e mulher, e é também através dele que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contido. (PIMENTEL, 1982, p. 76).

Ao decorrer desse trabalho, foram discutidos diversos papéis de gênero impostos pela cultura, assim como os indivíduos socializados por essa tendem a agir. Albano e Montero (1982) analisaram como esses fatores tem impacto, até mesmo, no tocante ao âmbito mais íntimo dos relacionamentos, sobretudo heterossexuais, orientando o comportamento sexual de cada gênero.

A noção de virilidade por exemplo, se constrói em torno de valores tais como a agressividade, a livre iniciativa, a satisfação imediata do desejo. A feminilidade se tece em torno da aceitação dessa agressividade masculina e da percepção de que sua própria sexualidade está destinada a ser objeto de apropriação do homem. (ALBANO, MONTERO, 1982, p. 111).

As autoras discorrem, ainda, sobre o fato de que essas expectativas são geradas a partir do momento da descoberta do sexo do bebê na gravidez, o que impõe um entrave ainda maior durante a vida, já que é desde esse período inicial que há a

imposição de um conjunto de regras e normas, diferentes para os gêneros, os quais permanecem tolhendo a experiência humana para ambos.

Deste modo, é possível entender que foi construída socialmente uma expectativa da agressividade masculina, a qual encontraria na mulher sua forma de extravasamento, isto porque ela seria considerada socialmente uma propriedade do homem, conforme Albano e Montero (1982). Esse comportamento pode ser observado desde o período colonial, já explicitado anteriormente, o que produz uma naturalização dessas tendências, a qual, por sua vez, influenciaria a legitimação das violências de gênero.

No Brasil, houve duas leis importantes no combate à violência de gênero. Em 2006, foi criada a lei número 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que levou este nome devido à história de Maria da Penha, farmacêutica vítima de violência doméstica durante vinte e três anos, de acordo com o site do Governo Federal do Brasil. Ainda de acordo com o site, esta lei é reconhecida pela ONU como uma das três melhores leis do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Quase dez anos depois desta medida, em 2015, foi sancionada a lei número 13.104, “[...] que instituiu a qualificadora do feminicídio” (MACHADO; ELIAS, 2018, p. 2). As autoras Meneghel et. al (2017) a definiram como:

A violência de gênero, fato social de elevada frequência, ocorre em um continuum que tem como consequência mais grave a morte da mulher. O feminicídio foi conceituado como assassinato de mulheres devido ao fato de serem mulheres, um tipo de crime definido por Diana Russel como terrorismo sexual, um mecanismo social para manter as mulheres sob controle, em uma manifestação masculina pública de poder (MENEGHEL et. al, 2017, p. 2)

Machado e Elias (2018) usaram os dados da Fundação Perseu Abramo, em 2001 e, posteriormente em 2010, para entender melhor o quadro desta violência no Brasil. Na primeira pesquisa, a qual embasou a lei Maria da Penha, a cada 15 segundos uma mulher sofria violência doméstica; na segunda, este período passou a ser de 24 segundos. O Brasil, de acordo com o Mapa da Violência (2012), está em quinto lugar no *ranking* mundial de feminicídio, mesmo com uma das três melhores lei

no combate à violência doméstica. Além disso, é possível observar, no Mapa de Violência, diversas facetas através das quais é possível manifestar-se a violência. A violência física é encontrada em 44,2% dos casos; a psicológica ou moral representa acima de 20%⁸; e a violência sexual é responsável por 12,2% dos casos.

Uma possibilidade que contribui para que esse cenário se apresente é levantada por Albano e Montero (1982):

[...] a necessidade que o homem tem de ver respeitada sua virilidade, a importância para o homem de que a sociedade reconheça sua potência sexual, leva-o naturalmente a reafirmar sua hombridade neste ato de agressão contra a mulher eximindo-se com isto de sua culpabilidade. (ALBANO; MONTERO, 1982, p. 117)

Novamente, os papéis de gênero aparecem como causadores da noção distorcida de feminilidade (interpretada como sinônimo de submissão) e masculinidade (vinculada à noção de agressividade e virilidade), ensinando as mulheres a serem complacentes, cuidadoras e seres não dotados de autonomia.

O olhar atento para essas condições surgiu concomitantemente aos movimentos feministas, nos quais a discussão sobre a questão de gênero foi intensificada e promoveu às mulheres a possibilidade de se sentirem protagonistas de suas histórias, de acordo com Castro e Machado (2016). Isso é importante para a mulher porque:

As mulheres sentem-se “periféricas” em relação ao mundo, não participam de sua feitura e não se responsabilizam pelos resultados. A mulher vê sua história acontecer fora dela, geralmente construída por alguém. (RODRIGUES, 1978, p. 68-69)

Se devolvido às mulheres o protagonismo de sua própria história, a luta torna-se mais forte, ao passo que se responsabilizam pelo processo de resistência, enfrentamento e poder (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 5) contra a cultura exclusivamente patriarcal.

⁸ Como a violência psicológica não deixa marcas concretas, como a física e sexual, além de muitas vezes não ser interpretada como violência, a sua porcentagem é inexata.

Entretanto, esse enfrentamento não se dá com facilidade, visto que se estabelece uma luta de forças entre um movimento mais progressista e outro, mais conservador, presentes hoje na sociedade brasileira. Essa tensão, de acordo com Scheren-Warren (2014), não é um fato inédito no Brasil, isto porque, ao longo da história do país, a juventude ou os estudantes foram responsáveis por movimentos contrários a uma norma conservadora vigente. No decorrer do século XX, houve grandes manifestações, dentre as quais, a autora destaca as:

[...] mobilizações contra a ditadura, as Diretas Já, os Caras Pintadas e o Movimento pela Ética na política, além das manifestações mais regulares, como o Grito dos Excluídos, as Marchas das Margaridas, os movimentos pela Reforma Agrária, ou dos atingidos por barragens, movimentos negro, indígena, etc.” (SCHEREN-WARREN, 2014, p. 417)

Scheren-Warren (2014) discute que as manifestações estudantis do século XX possuíam um caráter idealizado de contracultura, isto é, transformador da cultura e do sistema político da época, aspecto encontrado historicamente na juventude. Porém, esses movimentos possuíam pouca visibilidade e, frente à ditadura militar estabelecida em 68, foram obscurecidos, visto que eram considerados movimentos políticos antagônicos entre si. Portanto, o observado mostra que as tensões entre os progressistas e os conservadores se deram em épocas anteriores ao período atual vivido, mas persistem, com suas marcas, até os dias de hoje.

Apesar dos esforços contra culturais, realizados pelos movimentos feministas desde o século passado, de se discutirem os papéis de gênero existentes desde a concepção do Brasil, enquanto país e enquanto colonizado, há esforços no sentido contrário, encontrados em discursos casuais de políticos em todo o país ainda hoje, que corroboram a permanência dessa cristalização. Exemplo disso é a declaração de Damare Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo vigente, realizada em 2019, na qual “[...] afirma que é inaugurada agora uma ‘nova era’ no país, em que ‘menino veste azul e menina veste rosa’ (PAINS, 2019). O discurso utilizado pela ministra insinua que o Brasil deveria mudar seus costumes e instaurar uma nova

era, a qual teria pressupostos que, na verdade, já existem no país desde a sua colonização, o que sugere incongruência entre os fatos.

Entretanto, a exposição das mulheres a situações vexatórias, estigmatizantes e violentas no Brasil, ao longo de sua história, lamentavelmente, não encontra incongruência, uma vez que, apesar dos avanços contundentes à sua representatividade e à legitimação das violências sofridas, tais situações permanecem e não raro, são naturalizadas ou atribuí-se, às mulheres, a culpa por ocorrerem. Portanto, o tema foco deste trabalho mostra-se relevante diante do percurso histórico e cenário atual da mulher brasileira.

2 Método

Neste estudo, a pesquisadora optou por realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema, visto que, deste modo, obteve informações que transpassavam a cultura na qual as mulheres brasileiras estão inseridas, permitindo-lhe observar em um aspecto macro político e social.

As fontes de pesquisa utilizada foram artigos científicos publicados em periódicos da área da Psicologia Analítica, assim como em periódicos de Ciências Sociais, História e Serviço Social, buscando a integração dessas ciências para a discussão de um tema amplamente complexo. Os acessos aos artigos foram realizados através da biblioteca virtual SciELO e da biblioteca virtual de periódicos, como Hermes, Psicologia Usp e Revista Ártemis. Além dos artigos selecionados, também foram consultados livros de C. G. Jung e de pós-junguianos, como Whitmont, Von Franz e Stein, autores relevantes para melhor compreensão da teoria e de seus desenvolvimentos.

O primeiro acesso aos artigos foi em 10 de agosto de 2018, através da pesquisa seguintes palavras-chaves: patriarcado, período colonial no Brasil, dupla jornada feminina, desigualdade salarial, papéis de gênero, feminicídio, violência doméstica, pesquisados somente em português, visto que o objeto da pesquisa foi a mulher brasileira. As escolhas dos artigos foram baseadas nos critérios: responde a uma historicidade do processo no Brasil? Analisa o contexto histórico vigente? Coloca a mulher como centro da análise? Essas perguntas foram fundamentais para a seleção. Posteriormente, buscou-se textos junguianos que abordassem os conceitos complexo, complexo cultural, sombra e persona, fundamentais para a elaboração desta pesquisa.

Após a análise dos conteúdos dos livros e artigos, buscou-se estabelecer um diálogo entre os dados históricos obtidos e a bibliografia junguiana que serviu de base para fundamentar o presente estudo, com vistas a responder o objetivo proposto.

3 Análise e discussão

Dada a historicidade da construção cultural no Brasil, é possível afirmar que o desenvolvimento da mulher, assim como do homem, é cerceada por papéis de gênero cristalizados. Apesar das modificações no decorrer da História - como a entrada no ensino escolar, o direito ao voto, a busca por uma equidade entre os gêneros etc. –, ainda há traços remanescentes do patriarcado, que, desde o período colonial, são mantidos e reforçados na sociedade brasileira.

Hoje, as mulheres podem trabalhar, mas são subestimadas em categorias predominantemente masculinas, as quais foram classificadas de tal modo pela cultura e, dado ao seu aspecto recorrente, foram naturalizadas através dos papéis sociais. As mulheres recebem menos que os homens, desempenhando as mesmas funções e sofrem jornadas duplas e triplas de trabalho, visto que mesmo com o direito de trabalhar na esfera pública, ainda há um entendimento de que o trabalho na esfera privada é predominantemente feminino.

As mulheres possuem maior liberdade sexual e romântica, mas dentro do matrimônio, muitas sofrem violências físicas, psicológicas, sexuais e/ou morais. Em um país com a terceira melhor lei no combate à violência doméstica, era de se esperar que, ao longo do tempo, as violências fossem diminuindo, o que não se verifica na realidade.

Em relação ao feminicídio, a variável raça produz diferença significativa para a discussão, visto que, de acordo com o *site* da Câmara dos Deputados (2018), o índice de feminicídio de mulheres negras aumentou 54%, enquanto este índice para mulheres brancas, caiu 10%. Essa realidade coloca em xeque o quanto a progressão social, por vezes, avança somente para a população branca, um retrato brasileiro presente desde sua colonização.

De acordo com o levantamento proposto e o conceito de complexo cultural, é possível observar que as mulheres no Brasil, e mais intensamente as mulheres negras, sofrem traumas repetitivos, desde o período da colonização até o presente momento. Esse cenário revela uma repressão intensa e massiva de suas potencialidades, isto

porque a vivência desses traumas, de maneira ontogenética e filogenética, produz danos ao mundo interior destas mulheres, o que, de acordo com a definição de Galili-Weistub (2004), contribuiria com a formação de um complexo cultural. A partir da existência do complexo cultural, outras ocorrências traumáticas manifestam-se, visto que os homens identificam-se, ainda que inconscientemente, com o aspecto superior, e as mulheres identificam-se, também de modo inconsciente, com o aspecto oposto, a parte inferior, dessa forma, ambos prosseguem em suas relações sob influência deste complexo cultural.

Ainda em relação aos papéis de gênero, há uma análise importante a se fazer, à luz da Psicologia Analítica. De acordo com essa vertente, possuímos aspectos conscientes do que somos e das nossas diversas personas, que nos ajudam na adaptação ao mundo exterior, mas também, possuímos aspectos inconscientes, traços que o ego não entende como seus e, assim, projeta-os no outro. As projeções contidas nesse círculo vicioso entre os gêneros são duas: a mulher projeta, no homem, superioridade física, racionalidade, agressividade, enquanto o homem projeta, na mulher, inferioridade física, mas também, cognitiva, já que as mulheres comumente são vinculadas à emoção, à complacência, ao sentimento, aspectos considerados inferiores em uma sociedade patriarcal. Essa projeção se dá, visto que há, na mulher, aspectos relacionados à masculinidade, assim como há, no homem, aspectos referentes à feminilidade, conforme entendido culturalmente, mas devido a construção social de papéis de gênero, esses aspectos são reprimidos, portanto, são relegados ao inconsciente. Com a quebra da cristalização desses papéis, tanto as mulheres, quanto os homens poderiam expressar individualidades mais amplas e autênticas.

A identificação com as partes superior e inferior por homens e mulheres respectivamente, referentes ao complexo cultural, bem como a projeção da polaridade inconsciente – de aspectos da sombra –, logo, oposta a tendências exercida na consciência fazem parte de um processo que é individual, mas também coletivo. Isto porque, conscientemente, há uma identificação com o semelhante, com aspectos que lhe são reforçados. Através da cultura, comportamentos são ensinados, na medida que o ego vai integrando esses conteúdos como se fossem próprios de uma dinâmica individual. A partir dessa identificação, os aspectos opostos aos conteúdos conscientes

são reprimidos, exilados na sombra, retornando posteriormente à consciência por meio da projeção, constelação de complexos, sonhos etc. Como ilustração, expõe-se que, se o oposto da racionalidade é a emocionalidade e esse traço foi reprimido no homem, ele verá esse aspecto presente na mulher. O processo é dialético, pelo qual os dois gêneros passam, mas são reforçados por diferentes comportamentos.

Há diversas possibilidades de transformação deste círculo vicioso, podendo ser divididas entre esferas macro e micropolítica. Na esfera macro, é possível desenvolver ações, através de políticas públicas nacionais, direcionadas à equidade entre os gêneros, isto porque, de acordo com Farah (2004), a perspectiva de gênero dentro das políticas públicas no Brasil é muito recente e pouco explorada. A autora coloca em questão o quanto a maioria das políticas relacionadas à violência de gênero são voltadas para a mulher, em detrimento do gênero ser uma construção social e história, que, portanto, envolve ambos os sexos, logo, também é preciso pensar em políticas que sejam voltadas para o entendimento social da masculinidade. Juntos aos homens, faz-se importante uma atuação que efetivamente responsabilize-os pela violência cometida por eles, como também, através de grupos de apoio, nos quais essa masculinidade seja discutida e, para além, promova entendimento de que, como pessoa, suas potencialidades e expressões podem ser diferentes ou mais amplas, do que os atribuídos socialmente.

Outra proposta seria a de uma intervenção na maternidade e paternidade, isto é, acompanhamento e orientação no momento, voltados para casais parentais, do pré-natal para repensar os papéis de gênero, o que poderia influenciar naquilo que seria transmitido aos filhos acerca deste tema.

Em um aspecto micro político, é possível fazer intervenções individuais, através da psicoterapia, de modo a levar, tantos homens quanto mulheres, a integrarem seus opostos, além de promover a conscientização de aspectos que são próprios da totalidade psíquica.

Apesar disso, é necessário considerar que a cultura brasileira é marcada pelo conservadorismo, sexismo, racismo e desigualdades sociais. O movimento de se quebrar essas cristalizações é contra cultural, isto é, visa às mudanças transformadoras de padrões estabelecidos por séculos, portanto, é naturalmente lento,

além de enfrentar forças antagônicas, principalmente quando políticos conservadores estão no governo do país - seja através da tomada de poder, como na ditadura militar de 68, seja através do processo eleitoral, como visto em 2018 -, lentificando ainda mais o processo. Nisto, se dá a importância das discussões, dos estudos e da divulgação deste tema em veículos de comunicação, para que seja naturalizado um discurso que quebre com a norma vigente, visto que ela produz sofrimento psíquico e diminuição de potencialidades, tanto femininas quanto masculinas.

4 Conclusão

O objetivo deste trabalho era analisar, à luz da abordagem junguiana, a possibilidade de se considerar a formação de um complexo cultural da mulher brasileira.

A partir da análise do histórico do país, desde o período de sua colonização até o momento atual, é possível entender que a mulher, enquanto categoria, sofreu diversas violências, sendo listadas resumidamente como: sexuais, sendo consideradas objetos de prazer e/ou procriação; físicas, ilustradas através dos altos índices de feminicídio e violência doméstica; morais, infligidas, por exemplo, por meio de humilhações, julgamentos e assédios no ambiente de trabalho de esfera pública, bem como de salários inferiores aos dos homens, ao desempenharem a mesma função; e psicológicas, em decorrência da limitação de potencialidades, de expressão e atuação, sendo-lhe outorgadas profissões, comportamentos, vestimenta, desejos, etc., que reforçam um aspecto naturalizado de feminino, ceifando suas possibilidades de realização pessoal.

De acordo com a definição de complexo cultural de Galili-Weisstub (2004), os complexos culturais costumam emergir a partir da vivência de traumas repetitivos comuns por indivíduos pertencentes, usualmente, a grupos denominados minoritários.

Desse modo, acredita-se que o objetivo do trabalho foi alcançado, de modo a poder afirmar-se que existe um complexo cultural da mulher brasileira, isto porque, as mulheres no Brasil compartilham diversas vivências traumáticas, de caráter repetitivo, há mais de cinco séculos. Dada a análise correlacional entre a teoria e o processo histórico do feminino dentro de uma cultura patriarcal no Brasil, entende-se que este complexo cultural age nas dinâmicas de relacionamentos, na autoimagem e na diminuição considerável de perspectivas de vida.

É possível entender que há, ainda, um agravamento para as mulheres negras brasileiras, uma vez que o processo de escravidão impactou de maneira profunda um processo civilizatório não ético, nos quais seus corpos foram roubados, sexualizados e inferiorizados, o que parece perpetuar-se até a contemporaneidade. Dessa forma,

reflete-se acerca de ser possível somar, ao complexo cultural da mulher brasileira, também o complexo cultural da população negra. Sua opressão é duplicada por ser mulher e negra, o que sugere um impacto ainda maior na sua autoimagem e autovalorização, bem como em suas possibilidades de expressão e atuação.

5 Considerações finais

Falar de um complexo da mulher brasileira abre diversas minuciosidades, visto que, dentro do grupo de mulheres, há ainda diversas facetas oprimidas. Este trabalho se propôs a pensar nas mulheres como categoria, portanto nas experiências vividas ao longo da construção do Brasil enquanto país.

Em diversos momentos da análise histórica, foi encontrada a variável raça, a qual impõe diferenças significativas a essas mulheres, inclusive acompanhadas por um segundo complexo cultural, sendo possível ainda se aprofundar na vivência de mulheres negras brasileiras, estudando as peculiaridades de suas histórias e os impactos profundos na psique, mediante a presença de dois complexos culturais concomitantes. Seria possível também agregar a trabalhos futuros a pesquisa de outros possíveis complexos culturais, referentes à sexualidade dentro de uma sociedade heteronormativa, às mulheres com deficiência, às mulheres indígenas etc.

Além disso, seria interessante pesquisar, no que se refere às mulheres, a temática da maternidade, por se tratar de um tema que é naturalizado – muitas vezes, visto inclusive com certo misticismo e mistério. Aspectos interessantes seriam: como a gravidez é vista em uma sociedade patriarcal; a noção de completude feminina a partir do momento em que esta concebe uma criança; quais são os impactos na individualidade da mulher após a maternidade; e o que uma maternidade baseada em obrigação pode gerar para a mãe e o bebê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, V. R. P. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. In: **Revista Sequência**, v. 26, n. 50, Florianópolis, 2005.

CASTRO, A. M; MACHADO, R. C. F. Movimento Feminista no Brasil e na América Latina: reflexões sobre educação e mulheres. In: **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 16. n. 1, Itajaí, 2016.

FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. In: **Revista fato&versões**, v. 1, n. 2, Coxim, 2009.

GOMES, A.M.A. **“Melhor que o mel, só o céu” - trauma intergeracional, complexo cultural e resiliência na diáspora de uma comunidade quilombola**. São Paulo, 2017. (Tese de doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUIMARÃES, P. P. V. William Wallace: a emersão de um herói e a ascensão de um povo. In: **Hermes**, v. 17, 30-39, São Paulo, 2012.

_____. Personagem ecoadas: construção e estudo de técnica terapêutica baseada em Role Playing Games, à luz da Teoria Junguiana. São Paulo, 2016. (Tese de doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica.

JUNG, C. G. **Fundamentos da Psicologia Analítica**. [1975]. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Os arquétipos e o inconsciente coletivo, O. C. IX/1. [1976]a. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

JUNG, C. G. Tipos psicológicos, O.C. VI. [1971] 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011

_____. Aion, O.C. IX/2. [1976]b. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LUZ, M.T. **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

HARRISON, J. **Prolegomena to the study of Greek Religion**. Nova York: Meridian Books, 1922.

MACHADO, I. V; ELIAS, M. L. G. G. R. Femicídio em cena: da dimensão simbólica à política. In: **Tempo social**, v. 30, n. 1, São Paulo, 2018.

MENEGHEL et al. Femicídios: estudos em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, Manguinhos, 2017.

MERGÁR, A. **A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. Vitória, 2006. (Dissertação de mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo.

NADER, M. B. A presença feminina no mercado de trabalho no Brasil e no Espírito Santo: dos tempos coloniais aos dias atuais. In: **Dimensões** - Revista de História da Ufes, v. 17, Vitória, 2005.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativa de disfarce de uma violência explícita. In: **Psicologia USP**, v. 17, n.1, São Paulo, 2006.

PAINS, C. 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

PASCHOAL, J. D; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. In: **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33, Campinas, 2009.

RAMOS, L. M. A. Apontamentos sobre a psicologia analítica de Carl Gustav Jung. In: **ETD – Educação temática digital**, v. 4, n. 1, Campinas, 2002.

SANTOS, T. S. A condição feminina: dupla jornada de trabalho. In: **Revistas p@rtes**, [s.l.], 2012.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, 2014.

STEIN, M. **Jung - O mapa da alma**. São Paulo: Cultrix, 2000.

VASCONCELOS, T. M. P. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. In: **Revista Ártemis**, v. 3, n. 3, São Paulo, 2005.

VIEIRA, A; AMARAL, G. A. A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. In: **Saúde e Sociologia**, v. 22, n. 2, São Paulo, 2013.

VON FRANZ, M. L. **A sombra e o mal nos contos de fada**. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **Reflexos da alma – projeção e recolhimento interior na psicologia de C. G. Jung**. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1997.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

SINGER, T; KIMBLES, S. L. **The cultural complex**: contemporary Jungian perspectives on psyche and society. Abingdon: Routledge, 2004.

WELLAUSEN, S. S. Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. In: **Revista Sociologia Usp**, v. 14, São Paulo, 2002.

WHITMONT, E. C. **Retorno da Deusa**. São Paulo: Summus, 1991.

_____. **A busca do símbolo**. [1969]. São Paulo: Cultrix, 2004.

ZWEIG, C; ABRAMS, J. **Ao encontro da sombra**: o potencial oculto do lado escuro da natureza humana. São Paulo: Cultrix, 1998.